

Apagando o “império do despotismo até seus últimos vestígios”: o “preciso” e a retórica revolucionária em 1817

FLAVIO JOSÉ GOMES CABRAL¹
Universidade Católica de Pernambuco

Resumo: Há duzentos anos, por ocasião da deflagração do movimento revolucionário no Norte da América portuguesa, que teve como epicentro a província de Pernambuco, durante alguns meses a autoridade real foi contestada, concorrendo para a fundação de uma república que alcançou outras províncias nortistas. No calor dos acontecimentos, vários panfletos foram publicados. Entre eles o “Preciso”, que procurou popularizar o movimento rebelde, além de justificar os motivos do rompimento com o rei português. Durante o processo revolucionário, utilizou-se a comunicação impressa ou de boca em boca. Ambas tornaram-se importantes veículos de difusão das propostas políticas que se opunham ao atual modelo respaldado no despotismo, na falta de liberdade e em outros valores que esmagavam os anseios e esperanças dos brasileiros.

Palavras-chave: Revolução de 1817, linguagem revolucionária, sociabilidade sediciosa.

Abstract: Two hundred years ago, on the outbreak of the revolutionary movement in the north of the Portuguese America, whose epicenter was the province of Pernambuco, for some months the royal authority was contested, providing reasons for the foundation of a republic that reached other northern provinces. In the heat of the events, several flyers were published. Among them, the “Preciso”, trying to popularize the rebel movement, besides to justify the reasons for the break with the Portuguese king. During the revolutionary process, printed or word-of-mouth communication was used. Both became important vehicles for disseminating political proposals that opposed the current model backed by despotism, lack of freedom and other values that crushed the desires and hopes of the Brazilians.

Keywords: Revolution of 1817, revolutionary language, seditious sociability.

1. Doutor (2008) e Mestre (2002) pela Universidade Federal de Pernambuco, professor de História da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e atual coordenador do curso de História da referida universidade.

Depois de tanto abusar da nossa paciência por um sistema de administração combinado assente para sustentar as vaidades de uma corte insolente sobre toda a sorte de opressão de nossos legítimos direitos, restava caluniar agora a nossa honra com o negro labéu de traidor aos nossos mesmos amigos, parentes e compatriotas naturais de Portugal; e era esta porventura a derradeira peça que faltava de se opor à máquina política do insidioso governo extinto de Pernambuco (AHI. Lata 195, maço 04 pasta 14).

As palavras acima fazem parte do primeiro parágrafo de um folheto impresso, espalhado pelas ruas recifenses, intitulado *Preciso*.² Foi escrito em 10 de março de 1817, pelo advogado José Luís de Mendonça (natural de Porto Calvo, antigo território pernambucano e hoje alagoano), em pleno calor dos acontecimentos advindos de um movimento rebelde iniciado em Recife, quatro dias antes, que procurou desatar os laços que uniam os pernambucanos ao soberano bragantino.

O panfleto se preocupava em narrar os acontecimentos do dia 6 de março, quando da deflagração do movimento, advindo no calor de refregas militares com vítimas. Entretanto, era visto pelo seu autor “como festejo de paz, que tumulto de guerra, sinal evidente de ter sido tudo obra da Providência e benefício da bênção do ‘Todo Poderoso’” (AHI, lata 195, maço 04, pasta 14). Pontuava sobre a fuga do governador régio Caetano Pinto de Miranda Montenegro que, diante da gritaria das ruas, abandonou o Palácio do Governo instalado no antigo Colégio dos Jesuítas, refugiando-se com a família e amigos mais chegados no Forte do Brum.

Diante desse fato, os rebeldes se assenhoraram da situação, tomando as rédeas do poder e instalando um Governo Provisório, inspirado no Diretório da Revolução Francesa, encabeçado pelo padre João Ribeiro Pessoa de Melo Negromonte; pelo negociante Domingos José Martins;

2. Preciso dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima, gloriosíssima revolução operada felizmente na Praça do Recife, aos seis do corrente mês de março, em que o generoso esforço de nossos bravos patriotas exterminou daquela parte do Brasil o monstro infernal da tirania real. (AHI, Arquivo Histórico do Itamaraty), lata 195, maço 04, pasta 14.

pelo advogado José Luís de Mendonça; pelo proprietário Manuel Correa de Araújo; e pelo militar Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa. Para compor o conselho, foram escolhidos o desembargador Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva (irmão de José Bonifácio, o Patriarca da Independência), o dicionarista Antônio Moraes e Silva, o doutor José Pereira Caldas, o deão Bernardo Luís Ferreira Portugal e o negociante Gervásio Pires Ferreira (DH, 1954, p. 99, v. CV). A esse conselho coube a prerrogativa de revisar antigas leis, na tentativa de adequar Pernambuco à nova ordem política.

Sobre o novo governo, explicava o panfleto que, depois de empossado, restabeleceria a calma e a união entre os portugueses dos dois lados do Atlântico. Durante muito tempo, um clima de hostilidade existia entre eles. Os filhos da terra xingavam os portugueses de “marinheiros”, ao que estes revidavam chamando-os de “caiaidos”, isto é, mulatos. Por mais brancos que fossem, deixavam transparecer que tinham um pé na África, fosse nos sinais da cor, no cabelo ou nas feições. Os lusitanos, por sua vez, eram mal vistos por terem deixado a terra e se aventurado pelo mar, como marinheiros, para aqui se estabelecer e viver às custas dos naturais.

Ficou acordado não mexer com o funcionalismo, aboliram-se alguns impostos e adotou-se uma nova forma de tratamento: “vós”, que deveria substituir o cerimonioso tratamento de “vossa mercê”, bastante restrito a algumas personalidades.³ A nova forma de tratamento seria adotada não apenas às autoridades, mas estendida aos cidadãos em geral, assim como o título de “patriota”.

3. O tratamento vossa mercê começou a ser utilizado pelos soberanos a partir do século XV em substituição ao tratamento vós, que dava “sinais de fraqueza”, utilizado inclusive por outros cortesãos, bispos, altos funcionários e personalidades importantes, e já não traduzia o respeito que a figura real era merecedora. Destarte, surgiu a necessidade de criação de uma nova forma de cortesia para os reis, de modo a contornar o “empobrecimento” do pronome vós. Na realidade, naquele século os soberanos portugueses conquistaram posição elevada no topo da hierarquia social, cada vez mais seus súditos dependiam da mercê que podia ser dispensada pelo rei e, em troca de favores e proteção, dedicavam-lhe respeito e obediência. Os súditos apresentavam suas queixas e requerimentos, sabiamente pediam por mercê e punham frequentemente vossa mercê por vós, não a pessoal do soberano, e sim a graça e favor que dele emanava. (MARCOTULIO, 2012, p. 6, 9, 10).

O folheto em evidência é assaz interessante, e teria sido o primeiro de tantos que viriam a lume em 1817, a exemplo de proclamações redigidas para popularizar a revolução iniciada em Recife no dia 6 de março de 1817, com repercussão em outras províncias nortistas e no exterior. Esses papéis foram impressos na tipografia batizada de “*Officina Typographica da 2ª Restauração de Pernambuco*”, ou “*Officina Typographica da República de Pernambuco 2ª vez Restaurada*”. Sob essa perspectiva, justificava-se o motivo de a Revolução de 1817 se autoproclamar “segunda restauração de Pernambuco”, já que a primeira teria sido a que expulsou os holandeses, em 1654.⁴

Vivia-se, assim, um momento histórico, que se somava à luta contra o estrangeiro no século XVII. Atrelado a esse evento, inventava-se um calendário cujo ponto de partida era a própria revolução (CABRAL, 2013, p. 80-81). Na Paraíba, por exemplo, sobre os decretos e outras decisões assinadas por sua junta de governo, após a data, dizia-se que haviam sido firmados no primeiro ano de sua independência:

Viva a Pátria. O Governo Provisório da Paraíba, considerando-se amigo de todas as nações comerciantes, e desejando ampliar o comércio por todas as vias, decreta, como decretado tem, que os direitos de entrada em todos os nossos portos sejam iguais a estrangeiros e nacionais, reduzidos a cobrar-se nas alfândegas metade somente dos direitos que dantes se cobrava. Casa do Governo Provisório da Paraíba, 18 de março de 1817. O 1º da Independência. Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, Francisco José da Silveira, O padre Antônio Pereira de Albuquerque Melo, Francisco Xavier Monteiro da Franca (DH, 1953, p. 81, v. CI).

4. Com a derrocada da revolução, a Coroa, por aviso de 15 de setembro de 1817, cassou seu funcionamento, devido ao “infame abuso que se fez da oficina tipográfica”, cuja autorização havia sido concedida em 9 de novembro de 1816 a Ricardo Fernandes Catanho, ordenando que todo material tipográfico fosse remetido para o Rio de Janeiro sem perda de tempo. Apesar da pressa, parte da tipografia permaneceu no Recife, voltando a funcionar em 1821, por ocasião da mudança política ocorrida no Reino português decorrente da Revolução do Porto de 1820. De sua autorização para o funcionamento até a eclosão da revolução, a tipografia manteve-se parada e todo equipamento permaneceu encaixotado por falta de mãos especializadas para dar funcionamento. Sobre o tema, leiam-se: (COSTA, 1958, p. 398; BERNARDES In BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 191-204).

O grande objetivo do “Preciso” era esclarecer à população os motivos da revolução, além de busca de apoio à causa revolucionária. Como bem observou Dominique Pélassy “nenhum sistema político é mudo”, e “um poder que não fala pelo *décor*, pela *mise-en-scène*, perde sua adesão”. O poder precisa “flertar” com as massas para lograr sucesso (CAPELATO, 2009, p. 5). Tais iniciativas demonstram o quanto os revolucionários entendiam e reconheciam o valor da comunicação como elemento importante para divulgação do ideário político do movimento. Quanto ao título, talvez tenha sido inspirado no léxico francês *précis*, espécie de resumo dos acontecimentos. Escrito em um momento em que as principais figuras da revolução discutiam o futuro de Pernambuco, os pesados tributos aplicados sobre a capitania para sustentar a corte joanina no Rio de Janeiro, os esquemas de corrupção existentes, que minavam os anseios, além de procurar esclarecer os motivos do rompimento da capitania com d. João VI.

Nesse aspecto, o *Preciso* se revestiu de arauto da declaração de separação de Pernambuco do Reino Unido português, captando as queixas dos habitantes da província aborrecidos com as frequentes exigências da corte “interiorizada” no Rio. Para fazer jus a seus gastos, o Tesouro sacava previamente sobre os erários das províncias nortistas, sem levar em conta se podiam arcar com esses saques. Cabia aos governadores honrar as exigências, que contribuía para onerar os cofres num momento em que Pernambuco se recuperava economicamente, graças a um sensível crescimento do setor açucareiro e do comércio.

Observa Evaldo Cabral (2004, p. 31-32) que, nesse contexto, quando a Coroa se empenhava em centralizar sua administração na América portuguesa, não conseguia impedir determinadas situações. Nesse caso, “nada podia contra as realidades físicas que tornaram as antigas capitanias de cima mais facilmente governadas e socorridas de Pernambuco que as da Bahia ou do Rio”. O que explica a adesão da Paraíba, Rio Grande do Norte e parte do Ceará ao movimento revolucionário iniciado em 1817, que teve como epicentro a província pernambucana.

A grande denúncia que o opúsculo propôs discutir foi a acusação à corte joanina de extorquir a população com pesados tributos para sustentar

seu luxo, e não se esquivou de denunciar a corrupção nos setores palacianos, que minavam as expectativas da população (AHI. Lata 195, maço 04 pasta 14). Se até então os papéis gravitavam em torno de insinuações sobre questões corriqueiras, principalmente afrontando as autoridades locais, acusadas de agirem como maus administradores tanto no período pré-revolucionário quanto no momento em que o poder foi tomado pelos revolucionários, panfletos como o “Preciso” procuravam atingir o coração da monarquia, atingindo diretamente o soberano e seus assessores.

No dia 6 de março, após o incidente no Quartel do Paraíso que resultou em mortes e apressou o levante, era possível enxergar homens andando pelas ruas recifenses estimulando a população a se engajar no movimento. Muitos deles não estavam a serviço de maçons, letrados, comerciantes ou proprietários de terras. “Eles tinham suas próprias motivações e intenções”, embora seja bom lembrar que “nem todos estavam alheios aos rumos da política internacional do período napoleônico” (Carvalho, 1997, p. 200). Durante a passagem desses homens era possível ouvir gritos de “viva a independência! Viva a liberdade dos filhos da pátria! Morram os europeus!”. Nesse cenário, o medo campeou, obrigando muito dos moradores a buscar refúgio em locais seguros. Segundo Luís Vicente Bourges, português domiciliado em Nantes, morreram durante as refregas cerca de 26 pessoas. Outra testemunha, o capitão do navio *La Perle*, eleva aquele número para 50 ou 60 mortes (Lima, 1996, p. 500).

Ao longo de toda a história da monarquia portuguesa, a Revolução de 1817 foi a mais ousada, uma vez que chegou a quebrar um tradicional vínculo de união entre os vassalos e o rei: a fidelidade, considerada um dos principais pilares da identidade portuguesa. Além disso, a revolução foi a mais radical tentativa de enfrentamento que a Coroa encarou em sua história (BERNARDES, 2006, p. 205) e, segundo observações de Emília Viott (1999, p. 32), à exceção dela os movimentos que a antecederam – a exemplo da Inconfidência Mineira (1789), da Conjuração do Rio de Janeiro (1794) e da Conjura Baiana (1798) – não ultrapassaram os limites dos respectivos centros urbanos, irradiando-se, quando muito, às regiões vizinhas, mas jamais assumindo um caráter mais amplo.

Quando as ruas estavam tomadas pelos revolucionários, era possível

ver pessoas mais exaltadas dando vivas à liberdade, bradando morte ao despotismo ou afirmando que “o Brasil está liberto de seus tiranos”, como defendia o padre João Ribeiro, em meio aos amotinados (TAVARES, 1969, p. 158). Naqueles espaços, pessoas eram cooptadas a tomar parte na insurgência. Esses lugares transformaram-se em palco de manifestações, por onde circulavam impressos e a palavra oral, ajudando a delinear atitudes e identidades culturais e políticas. Aliás, como observa François-Xavier Guerra (1992, p. 275) foi nos espaços públicos que a opinião pública teve seu nascedouro, tornando-se elemento fulcral da constituição e propagação da política moderna. O desconforto com a política do momento tomou vulto com os atos rebeldes organizados, irrompendo no espaço da vida pública e politizando a vida privada, onde a sedição, isto é “a ação organizada visando à revolução”, era arquitetada entre quatro paredes (JANCSÓ in SOUZA, 1997, p. 389).

Como se pode observar, durante os distúrbios nas ruas emoções foram extravasadas por meio da gritaria. Entretanto, outras manifestações existiram, como vozes e gestos, que, não podendo ser captados em registros escritos, tomaram conta daqueles ambientes, em meio a boatos e disseme-disse que, para Arlette Farge (1992), estudiosa francesa dos Setecentos, tratava-se de “opinião pública”. Muita gente com o grito preso na garganta, pensando que havia chegado a sua vez, deixou extravasar suas emoções. Vibrava a força da palavra falada e dos contatos. Se uns se retraíam com medo que o movimento gorasse, temendo a mão pesada do soberano, outros foram mais ousados.

Muitos negros, fazendo suas próprias interpretações, tomaram parte na revolução, alistando-se para o serviço da pátria como soldados, a fim de defender a república e, obviamente, seus próprios interesses. A preta forra Maria da Conceição, moradora no Beco do Marisco, aproveitou a ocasião e desacatou uma senhora branca. Talvez em outro momento houvesse sido humilhada, mas, percebendo o clima de mudança, resolveu ir à desforra. Com a queda da revolução, ela foi denunciada. E como punição sofreu o castigo de 72 palmatoadas (MELLO, 1895, p. 117).

Em 1817, ficou clara a importância da palavra como campo de negociação, de cooptação e de denúncia contra o despotismo que subtraía

as esperanças de uma região. Se muitos homens das elites a usaram para arquitetar a sedição, gente do povo não fez por menos. Usaram-na para externar suas vontades. Foram à desforra contra seus senhores. Como afirmou Certeau (2012, p. 40) “la toma de la palabra tiene la forma de un rechazo; es una protesta”.

Ao divorciar-se do corpo mítico do rei, o exercício da autoridade da jovem república se respaldava, segundo o preâmbulo da Lei Orgânica da República, na soberania popular (DH, 1954, p. 16, v. CIV), opondo-se aos valores do Antigo Regime. Em síntese, alguns princípios do liberalismo serem tinham vislumbre na citada Lei: a distinção dos poderes; a afirmação dos direitos individuais; e a ideia de pacto social, tendo por princípio a segurança das pessoas. Com o novo estatuto, os indivíduos passaram a prestar vassalagem à pátria particular, “e não ao rei de Portugal” (DH. 1953, p. 33, v. CI). Deixavam de ser servientes ao monarca e, pela primeira vez, viam-se revestidos de direitos, inclusive de opinião. Havia uma advertência aos servidores da República: quem minasse a dita soberania e os direitos dos homens, ou provocasse a desarmonia, seria responsabilizado por seus atos (DH. 1954, p. 19, v. CIV).

Sobre a referência aos “direitos dos homens”, os revolucionários não se restringiam a alocuções. Chegaram a redigir a “Declaração dos Direitos Naturais e civis e políticos do homem”, impresso em paralelo ao *Preciso* e a outros papéis doutrinários, a exemplo das proclamações destinadas aos cearenses, aos “habitantes do Cabo” e aos “Denodados patriotas baianos”, além das diversas pastorais do bispado olindense, pedindo apoio do clero e do seu rebanho em defesa da revolução. Esse tipo de alocução, que procurava cooptar a população não apenas pernambucana, mas do Brasil, preocupou a Coroa. No dizer de Oliveira Lima, “teria sido o maior susto da corte” (LIMA, 1996, p. 502), efeito que o diplomata francês Maler achava inevitável.

Durante a revolução, o léxico “pátria” foi largamente utilizado, e se revestia de características peculiares. No Brasil do tempo da Revolução de 1817, dificilmente se usava a palavra “nação”, sendo mais frequentes os termos “pátria” e “patriota”, vocábulos que, ao longo dos anos, revestiriam-se de significados diferentes, sendo muito politizados pela Revolução

Francesa “a partir da associação com a defesa do que era público e com uma série de valores que consagravam a liberdade política” (VILLALTA, 2003, p.). Na realidade, muitas palavras já existiam, mas os rebeldes lhes deram outras roupagens, inventaram novas formas para o momento, pronunciando-as quase que exaustivamente diante de uma conjuntura que carecia de elementos novos diante da mudança política radical.

No âmago do império português do princípio do Oitocentos, entendia-se por “pátria” o local de nascimento, como bem demonstra o dicionarista Bluteau (1712). Em 1817, portanto, a pátria dos rebeldes era Pernambuco, a Paraíba ou o Rio Grande Norte. Presente na maioria dos documentos tecidos pelos revolucionários, o termo “patriota” tratava de um indicativo local, e marcou o movimento, uma vez que no tempo da Independência não existiam na América portuguesa sentimentos de nacionalismo. Dessa forma, o léxico adquiriu – durante o desenrolar da rebelião – “estatuto indicador de uma nova identidade política”, como percebeu Berbel (BERBEL, 2003, p. 348).

Segundo a mesma autora, “nem sempre a defesa da Pátria esteve associada à defesa da nação, uma vez que esta última palavra sempre remetia aos vínculos pessoais que uniam os súditos ao seu rei” (BERBEL, 2003, p. 349). O sentimento de patriotismo defendido pelos insurgentes não se afastava do tipo de patriotismo pensado por Halperin Donghi (MEGLIO in GOLDAMAN, 2008, p. 120). Para este autor, o *patriotismo significava participar activamente de la causa colectiva, privilegiar el bienestar común al próprio*. Seguindo essa linha de raciocínio para os homens de 1817, a expressão patriota significava um defensor da pátria, priorizava os valores políticos e morais da República contra o “despotismo” real. Na prática, o patriotismo de 1817:

Adiantava um nacionalismo *avant la lettre*. Poderia atingir todos os habitantes do Brasil, ou o conjunto da nação portuguesa. Mas esse patriotismo só se concretizou em uma determinada região do império ainda português. Assim, ainda que o objetivo da República não fosse a separação do conjunto da nação, esse resultado não estava descartado (BERBEL, 2003, p. 355).

Além dos revolucionários, o léxico “patriotismo” foi utilizado pelos realistas. A ordem do dia 4 de março de 1817, do governador Caetano Pinto, quando tomou conhecimento de teias sediciosas organizadas nas dependências da vida privada e percebeu a animosidade existente entre os portugueses nascidos na América e do outro lado do Atlântico, chamava atenção para o fato de ambos serem “Portugueses” e, ao mesmo tempo, vassallos do mesmo rei, “concidadãos do mesmo Reino Unido”. E pela participação de um mesmo corpo político, o Reino Unido, do qual os súditos eram “concidadãos” (VILLALTA, 2003, p. 79). A ordem reproduzia as ideias de D. Rodrigo de Souza Coutinho sobre os portugueses dos quatro cantos do mundo, e terminava apelando em favor da harmonia e do amor e fidelidade ao rei.

Ao romper com o corpo mítico do rei, muitos homens que promoveram a revolução foram incursores no crime de lesa majestade, isto é, crime de alta traição, porque simbolicamente haviam seccionado o corpo real em um solo que abrigava o rei e sua corte (BERNARDES, 2006, p. 205). Com a fundação da nova ordem social e política, inventaram-se novas formas de tratamento. A antiga e cerimoniosa expressão “vossa mercê”, por exemplo, foi substituída por “vós”, e a palavra “patriota” tornou-se um evocativo utilizado antes dos nomes. A introdução dessas formas de tratamento assombrou muitos senhores patriarcais, por incentivar alguma igualdade no falar da população.

Com a inauguração do novo tipo de soberania, o surgimento de novas formas de tratamento e a noção de igualdade foram atitudes claras de rompimento com a ordem monárquica absoluta. O *Preciso* finalizava dando vivas aos patriotas e, em tom de desabafo, pregava que “acabe para sempre a tirania real”. Sinais de novos tempos, os de liberdade. O período do despotismo havia ficado para trás. Com o rompimento do pacto real, o súdito estava liberado de se curvar perante a majestade e seus símbolos, uma vez que o soberano havia descumprido sua parte. O velho pacto que os rebeldes acusavam ter sido quebrado por d. João VI ancorava-se no mito da restauração do domínio português, quando, em 1654, os holandeses foram expulsos da capitania à custa de muita perda de sangue e de fazenda dos avoengos dos pernambucanos que, movidos por

“sentimentos nativistas”, reconquistaram Pernambuco e devolveram-no ao soberano. Em compensação pela fidelidade, a Coroa passou a proporcionar isenções fiscais, administrativas e outras benesses aos pernambucanos, algo que naquele momento não vinha sendo posto em prática (MELLO, 1989, p. 105).

Foi com base nessas antigas lembranças que os insurgentes de 1817 buscaram explicar a existência de um “acordo”, exigindo do rei tratamento especial. Ancorado nos emblemáticos locais de combates (Guararapes, Monte das Tabocas e Casa Forte) contra o invasor flamengo, e nos heróis que os expulsaram da capitania, um panfleto manuscrito, datado de 12 de março de 1817 e assinado por três dos membros do Governo Provisório: padre João Ribeiro Pessoa, Domingos José Martins e Domingos Teotônio Jorge, proclamou apoio à pátria:

Patriotas, honrados pernambucanos, os Campos de Guararapes, Tabocas e Casa Forte são os maiores Padrões de valor e fidelidade que têm unido os seus heróis, não eram mais que nós, porque o que tinham de grande era o ser de Pernambuco que nós também somos. Adoremos, patriotas amados, ao Grande Deus, a esse ser imenso, ornado de Justiça e bondade, levantemos a mão por ele mesmo, juremos uma eterna fidelidade à pátria, de sustentar denodamente a grande causa da liberdade e de não tomarmos outra medida que não seja de fazer durável para todos os séculos, ou de morrer, escravos fiéis imitadores dos grandes heróis que desassombraram Guararapes, Tabocas e Casa Forte. Aos 12 de março de 1817. Viva a liberdade. (AHI. Lata 195, maço 06, pasta 02)

Evocando os heróis da Restauração, o Governo Provisório, em 15 de março de 1817, percebia a necessidade de se formar uma força para combater os exércitos realistas. Através de uma proclamação, chamava a mocidade, “herdeira natural da bravura e da glória dos Vieiras e Vidais, dos Dias e Camarões”, a se alistar “debaixo das bandeiras da liberdade”. Lançava apelo aos “pais e mães de família” para que incentivassem os filhos naquela empreitada, e asseverava que eles brevemente iriam ver seus rebentos “coroados pelas mãos da pátria dos mesmos louros que ganharam

os heróis de Tabocas e de Guararapes” (DH. 1953, p. 27-28, v. CI). Para Silva (In JANCSÓ, 2003, p. 509), os negros pernambucanos também beberam nessa fonte da memória e da representação mental do que designou de “panteão da restauração”, que incluía entre os heróis da guerra flamenga o negro Henrique Dias.

As lembranças da guerra flamenga e a emoção motivaram José da Natividade Saldanha a escrever versos em defesa da revolução. Um deles foi endereçado à mocidade do seu tempo, conclamando os jovens a se alistarem como soldados nos exércitos revolucionários (MELLO, 1895, p. 12-13):

Filhos da Pátria, Jovens Brasileiros,
Que as bandeiras seguís do Marcio Nume,
Lembrem-vos Guararapes, e esse nome cume,
Onde brilharam Dias e Negreiros:

Lembrem-vos esses golpes tão certos,
Que às mais cultas Nações deram ciúme;
Seu exemplo segui, segui seu lume,
Filhos da Pátria, Jovens Brasileiros.

Esses que alvejam campos, níveos ossos,
Dando a vida por vós constante e forte,
Inda se presam de chamar-se nossos.

Ao fiel cidadão prospera a sorte.
Sejam iguais aos seus os Feitos vossos:
Imitai vossos Pais até a morte.

Na linguagem expressa nos diversos documentos, sejam impressos ou manuscritos, bem como nas cartas particulares, há, com frequência, denúncias sobre a tirania real, sobre corrupção, além de referências ao despotismo na sua administração, enquanto que o cotidiano de seus súditos é caracterizado como escravizado. O paraibano Matias da Gama Cabral de Vasconcelos dizia, em 17 de março de 1817, que no dia 13 Deus havia acordado seus conterrâneos “do letargo em que nos achávamos e abríssimos os olhos ao pesado jugo a que éramos sujeitos do rei de Portugal e de seus magistrados, que eram déspotas” (DH, 1953, p. 33, v. CI). E, para “debelar o despotismo” e a ira real que deveria se abater sobre a província, resolveu

o governo pernambucano elevar o soldo dos militares, uma vez que eles haveriam de defender a pátria dando “por ela o sangue e a vida” (DH, 1953, p. 11, v. CI). O já citado missivista paraibano, ao comparar a antiga ordem e os atuais tempos, dizia que a revolução haveria de libertá-los “do acérrimo cativo de tantos anos”. O *Preciso* era claro, identificava a exploração à opressão que subtraía “os legítimos direitos dos cidadãos”.

Ao se romper com o velho pacto, as insígnias reais que lembravam a presença do monarca foram abolidas. A intenção era apagar o “império do despotismo até seus últimos vestígios” (DH, 1953, p. 34, v. CI). O *Preciso* dava o exemplo. Por ocasião de sua impressão, as armas reais foram colocadas de cabeça para baixo, **nítida visão de repulsa pelo soberano**. Na realidade, o ato representava ultraje à figura real, e segundo observações de John Lempriere, cônsul inglês no Recife e testemunha ocular da revolução, o Governo Provisório havia determinado que todos os símbolos reais existentes nos edifícios públicos fossem raspados ou colocados de ponta cabeça, ou ainda pintadas de forma que ficassem desfigurados ou desaparecessem para sempre (TOLLENARE, 1973, p. 853).

A ira contra o trono foi tamanha que, em várias localidades nordestinas onde a revolução havia alcançado os amotinados, houve agressões aos símbolos da realeza, deixando os absolutistas boquiabertos. Na vila paraibana do Conde, os mais aguerridos atiraram-se em algazarra sobre a grimpá do pelourinho e, com cal, tentaram apagar as imagens das armas reais ali existentes em ambas as faces (DH, 1953, p. 158, v. CII). Ainda naquela província, por ocasião do ataque dos revolucionários sobre a Vila do Pilar, em 13 de março de 1817, por homens vindos de Itabaiana, a **Câmara** da vila foi tomada pelos insurgentes, que se apoderaram das bandeiras do corpo das ordenanças e dos bastões usados pelos vereadores. Estes foram quebrados em **vários pedaços e arremessados** à rua, sendo pegos pelos transeuntes. Antes desse incidente, “por desprezo”, as armas reais foram removidas com instrumentos cortantes dos citados bastões, e por vingança estragaram-se os elementos que as compunham: as quinas, os castelos e a coroa que ornavam o emblema (DH, 1953, p. 182-183, v. CII).

Durante os incidentes, elementos observados em registros escritos – conforme nos chama a atenção a já citada historiadora francesa Farge

– estiveram presentes, como os gestos e a gritaria. Entretanto, as palavras orais ou escritas jorraram, tornando-se **mágicas** à medida em que se via ruir a posição sagrada do rei. A linguagem política, como observou Hunt (2002, p. 41), revestia-se de significado. Palavras associadas ao Antigo Regime e símbolos ou imagens ligadas ao rei foram proibidas.

Durante o chamado “tempo da pátria”, os nomes, os valores e as lembranças relativas à antiga ordem foram suplantadas por novas designações. Muita gente solicitou acréscimo ou substituição do próprio nome por outros ligados à história local. Um desses casos vem da Paraíba. O patriota brigadeiro Amaro Gomes Coutinho solicitava à junta paraibana que acrescentasse o sobrenome Vieira ao seu nome original, em homenagem ao “valente campeão João Fernandes Vieira”, que no tempo dos holandeses se bateu contra o invasor “armando povos, levantando campos, erguendo fortificações e voando com a impetuosidade do raio a todos os pontos contra os opressores da Pátria”. Talvez desejasse imitar o grande herói da Restauração de 1654 quando procurava cooptar homens para engrossar as fileiras rebeldes. A junta paraibana prontamente o atendeu, em 25 de março de 1817, decretando que “ao nome glorioso do nosso caro e esforçado Patriota Amaro Gomes Coutinho se aumente o imortal renome de Vieira, sendo de hoje em diante nomeado Amaro Gomes Coutinho Vieira”.

Ainda no “tempo da pátria”, havia a crença de que tudo caminhava para a mundança. A nova ordem, distante da anterior, procurou – através da propaganda boca a boca, proclamações e avisos – conquistar a confiança da população. Se antes essas pessoas eram obrigadas a colaborar pecuniariamente ou submetidas a pesados tributos para atender o chamamento do monarca, a nova ordem buscou agir diferente, na tentativa de conquistar a confiança de todos, afastando o despotismo de suas ações. Passados os primeiros momentos de desconfiança, muitos resolveram colaborar com o governo, doando bens em benefício da pátria. A “generosa patriota (paraibana) Ana Clara de São José Coutinho” foi uma dessas pessoas. Não se fez de rogada, oferecendo seus bens em benefício da pátria, constituído do “Engenho do Meio, com fábrica de quarenta escravos e quarenta bois, e mais utensílios para a despesa da guerra” (DH. 1953, p. 41, v. CI).

A República de Pernambuco procurou se inspirar no federalismo

norte-americano. Durante as discussões sobre o projeto da futura Constituição, decidiu-se que ela deveria ter como base a Carta estadunidense, preservando, obviamente, as especificidades locais. Os revolucionários nutriam entusiasmo pela política ianque, e isso ficou evidente quando a junta de governo, ao se dirigir ao presidente James Monroe em 12 de março, pedindo ajuda, explicava que a revolução em curso em Pernambuco se inspirava na “brilhante revolução” norte-americana (DH. 1953, p. 18-19, v. CI). O teor dessa missiva seria publicado no jornal *Norfolk Herald Office*, de 24 de abril de 1817. A gazeta, além de abrir canais para comentar os acontecimentos pernambucanos, explicava que os insurgentes estavam em vias de solicitar apoio do governo de Washington para que reconhecesse a nova república, e propor alianças comerciais de mútuos interesses (BOURDON, 1975, p. 262-263).

A maior parte da imprensa estadunidense se posicionou a favor dos revolucionários. Muitas daquelas gazetas demonstraram aversão à monarquia, havendo, inclusive, as mais combativas, como o *The Philadelphia Aurora* e o *Niles Weekly Register*. Este, por exemplo, fez críticas à política joanina, classificada como insana, enquanto o primeiro apostava no sucesso da revolução, insinuando que a velha política do Antigo Regime não atendia aos anseios da população. Portanto, deveria ser substituída, abrindo espaço para a liberdade racional (CUMMIFORD. 1977, p. 16-17).

Diferentemente de outros movimentos contestatórios ocorridos na América portuguesa, o de 1817 em Pernambuco foi alvo de notícias não apenas nas gazetas estadunidenses. A revolução teve repercussão na Europa e nas colônias espanholas da América do Sul, que na época lutavam pela independência. A imprensa de Buenos Aires (*Gazeta de Buenos Aires*, *Crónica Argentina* e *Censor*) deu cobertura ao evento, chegando a relatá-lo com minúcias. Um refugiado argentino, Carlos de Avelar, que morava no Rio de Janeiro, escreveu a Matías Yrigoven, que deveria repassá-lo a Juan Martín Pueyrredón, político portenho, um relato dos acontecimentos – por sinal escrito em um modesto espanhol – inclusive descrevendo as medidas tomadas pelo Rio e Bahia para debelar a revolução. Disse o informante:

La rebolucion de Pernambuco a sido agitada por las logias de los masones que se ayaban en aquella siuda, y qual golpe debia aberse

dado em la Baia, Para e Marañon. Pero habiendo el gobernador de Pernambuco tenido algunos sospechos desto y preso a unos de los hermanos, los demás precipitaron el golpe de temor de ser delatados o enteramente descubiertos (TOLLENARE, 1973, p. 863).

Na Europa, o *Times* e o *Correio Braziliense*, ambos editados na Inglaterra, dedicaram algumas páginas aos eventos em destaque. Este último, editado por Hipólito da Costa, um brasileiro exilado em Londres, deu pouca importância ao acontecimento, sendo por isso criticado pelo *Correo del Orinoco*, em sua edição de 13 de fevereiro de 1819. Segundo o jornal venezuelano, o editor se mostrou apático ao movimento brasileiro, e nada foi dito:

Contra nuestra revolución el artículo que vitupera la de Pernambuco, pero siendo de una transcendencia universal los errores de derecho, alegados contra los agentes de esta novedad, también es del deber de todos los hombres libres atacarlos, sosteniendo los principios fundamentales de la sociedad, para que nunca puedan prevalecer contra el pacto social las invenciones que forman el triple yugo de la monarquía absoluta, de los privilegios feudales, y del fanatismo religioso (FERNANDES, 2009, p. 144-145).

O federalismo pernambucano presente em 1817 foi mal interpretado. É notória a aversão de Varnhagen pela revolução, bem como as acusações de ter sido um movimento separatista, criando, a partir daí, tais olhares ao longo do período imperial. Como poderia a revolução em destaque tratar de separatismo, se naquele momento não havia uma unidade brasileira? Por outro lado, observou Evaldo Cabral (2001, p. 17), que “separatismo implica a preexistência da nação”, e não havia, em 1817, uma unidade nacional, mas sim a unidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, construído em 1815. Esta unidade, portanto, é que teria sido ameaçada. Corroborando essas observações, basta seguir o pensamento de Frei Caneca, quando acrescentou que, em 1824, o Brasil se encontrava “independente”, mas não estava “constituído”.

O isolamento das províncias nortistas do corpo real concorreu para que novos símbolos fossem criados, substituindo os velhos emblemas

que lembravam a monarquia absoluta. Nesse interregno, emergiam novas insígnias, como a bandeira e o laço azul e branco que procuravam materializar a recente conquista. Após a publicação da capitulação de Caetano Pinto, alguns oficiais começaram a arrancar as insígnias reais de suas barretinas, sendo seguidos por outros. Antes desse acontecimento, o antigo Campo do Erário foi invadido pelos insurgentes, que entraram em combate contra as tropas realistas estacionadas na Casa do Erário. Uma composição procurou fixar na memória o episódio (Costa, 1958, p. 426):

No Campo da Honra
Patrícios formemos,
Que o vil despotismo
Sem sangue vencemos

No Campo da Honra, em plena Quinta-feira Santa, foi abençoado o pavilhão azul e branco da república, em ato religioso presidido pelo deão da Sé de Olinda e pelo padre da Matriz de Santo Antônio.⁵ Os ritos e imagens próprias do discurso religioso objetivavam sacralizar o nascimento da nova república, e se revestiram de um “espetáculo”, de uma “teatralização” (Balandier, 1982, p. 10), de um importante “drama” a que compareceram governantes, o clero, militares e gente do povo, em um importante ato cívico-religioso ou “encenação” que procurou destacar o novo poder e sua “entrada na história”.

Na realidade, inventou-se um ato inaugural, ou melhor, uma cena pública, que se materializou por intermédio dos discursos, perpassando pela liturgia sacra e política quando foram pontuadas as responsabilidades do patriota. Ao se recorrer ao ato religioso, o novo contrato social não rompeu totalmente com o passado, as cenas religiosas revestidas de grande simbolismo procuraram consolidar a conquista, ratificando que a nova

5. A Paraíba seguiu o exemplo de Pernambuco criando seu pavilhão em 1º de abril de 1817. O governo provisório paraibano achou conveniente, devido sua união com os pernambucanos, adotar a mesma bandeira da vizinha república adotando apenas a cor branca e no centro deste as “mesmas armas de Pernambuco”. (DH. 1953, p. 41, v. CI).

ordem não havia se distanciado da religião.

Durante o acontecimento, tocaram-se zabumbas e houve descarga de artilharia, enquanto os presentes, de joelhos e com a mão direita levantada para o alto, juraram defender a república. Durante toda a solenidade, o sol, presente na bandeira republicana, era evocado, uma vez que o altar fora montado voltado para o Oriente, onde nasce o astro rei. “O sol da manhã era um sol de teor político, de caráter ordenador, e, ao mesmo tempo, justo, presente na própria bandeira porque a todos atinge, sem nenhuma distinção” (SOUZA, 1999, p. 72). A cerimônia foi concluída com gritaria de vivas à pátria, à religião e de “morra a tirania real” (DH, 1954, p. 18-19, v. CII). Nessa ocasião, Frei Caneca, apontado na historiografia por uma participação introvertida na revolução, não se intimidou em distribuir entre os presentes verso que celebrava a morte heróica em prol da **pátria**, “uma morte que alcança a eternidade e se perpetua no coletivo” (COSTA, 195 , p. 425):

Quando a voz da Pátria chama,
Tudo deve obedecer;
Por ela a morte é suave,
Por ela cumpre morrer.
O patriota não morre
Vive além da eternidade;
Sua glória, seu renome
São troféus da humanidade.

Em 16 de maio de 1817, o jornal norte-americano *Boston Patriot* publicou a chegada de Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, em território americano. O noticioso explicava que o pernambucano desembarcou na condição de embaixador da recém-fundada República de Pernambuco. O emissário do governo revolucionário chegava com a finalidade de aquilatar os laços de amizade entre pernambucanos e norte-americanos, além de negociar a assinatura de acordos bilaterais que pudessem garantir os interesses dos dois países. Ainda naquela ocasião, o jornal informava sobre os passos

da revolução e a instalação de um Governo Provisório, composto por cinco representantes dos principais setores locais. A gazeta abriu ainda espaço para apresentar a bandeira da nova república sul-americana, *when first hoisted, was represented to have had an iris the centre surmounted by a star, indicative of the State of Pernambuco, other stars to be added as other provinces join the patriot cause* (BOURDON, 1975, p. 272).

Durante a construção da imagem da República, o clero se posicionou favoravelmente. Os membros do novo governo tinham conhecimento da importância política, ideológica e doutrinária da Igreja, por isso buscaram seu apoio. As cartas pastorais exerceram papel de alta relevância junto à população, pelo valor que, naquele tempo, assumia a comunicação oral num contingente populacional de pessoas praticamente analfabetas e sem condições de leitura (SIQUEIRA, 2009, p. 217). No dia 27 de março de 1817, em Olinda, o decano do cabido da diocese – vacante naquela ocasião – visando persuadir o clero à adoção de uma postura política contrária aos valores absolutistas, pedia seu apoio à causa da pátria:

Caros Patriotas e Amigos Párocos do Bispado: A Pátria está salva. Os ímpios procuraram a sua ruína, quiseram nos cobrir de sua desonra e fazem nas masmorras tanques de sangue humano e da melhor gente desse belo país. Deus porém apiedou-se de nós e a morte só de dois bárbaros infames caluniadores foi bastante para nos salvar. Das Pastorais juntas conheceréis o quanto devemos a Deus e que a Igreja depondo as ltuosas e roxas vestes que há mais de um século arrasta na América vestirá as cândidas vestes com que a ornou Jesus Cristo. Vós estais, patriotas, em um lugar em que pela prédica e confessionários podeis fazer muitos serviços a Deus, à Pátria e aos homens (SIQUEIRA, 2009, P. 218)

Além do mais, é preciso levar em consideração “o lugar simbólico que ocupa o vigário no imaginário da estrutura social vigente” (SIQUEIRA, 2009, p. 217). O deão Bernardo Luís Ferreira Portugal explicou em uma pastoral que o rei é obra do demônio, porque os homens nascem livres por vontade de Deus. Satanás, em seus disfarces traiçoeiros, engana a humanidade a seguir um rei que não escolheu e a ludibria. Olhando por este prisma, a República se filiava ao divino, porque recuperava seu desígnio

primeiro. Destarte, o religioso procura ensinar sobre a tarefa dos patriotas: “disciplina e união: a disciplina é a origem dos grandes feitos; a união é a fonte de todos os bens, e o veículo exclusivo da força dos Estados” (COSTA, 1958, p. 425, v. 7).

Na realidade, há muito tempo olhos observadores perceberam que em Pernambuco havia “uma efervescência de ânimos”, conforme testemunho do capitão Hareng, da nau *La Perle*, seguindo-se “com particular empenho os progressos dos insurgentes espanhóis” (LIMA, 1996, p. 509-510). Dentre outros fatores, essas observações “eram, em última instância, prova cabal de que a ordem legitimista corria sérios riscos no Brasil” (PIMENTA, 2015, p. 267). Em 1817, ficou clara a importância da palavra como campo de negociação, de cooptação, de denúncia contra o despotismo que subtraía as esperanças de uma região.

Se a revolução não conseguiu se firmar, durando cerca de 70 dias, a volta da região ao *status quo* não se deu de forma tranquila. Novas efervescências viriam nos anos de 1820, embaladas pelas novidades vindas da Revolução do Porto, quando os ânimos se exaltaram, e graças à emergência do periodismo, as contestações continuaram no mundo da retórica e do disse-me-disse.

Referências:

Fontes de pesquisa:

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY (AHI). “Preciso”. Lata 195, maço 04 pasta 14.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. “Preciso”. Lata 195, maço 06, pasta 02.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS (DH). Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, v. CI.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS (DH). Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p.182-183, v. CII.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS (DH). Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, p. 16, v. CIV.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS (DH). Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, p. 99, v. CV.

Obra completa

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec; Recife: Editora da UFPE, 2006, p. 205.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. 1712. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 15/02/2018.

BOURDON, Léon. *José Corrêa da Serra: ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brèsil a Washington (1816-1820)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian: Centro Cultural Português, 1975.

CERTEAU, Michel de. *La toma de la palabra y otros escritos políticos*. México: Universidad Ineroamericana, 1995.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo, 1999.

CABRAL, Flavio José Gomes. *Conversas reservadas: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

COSTA, Pereira. *Anais Pernambucanos*. Recife: Arquivo do Estado, 1958.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CUMMIFORD, William Lloyd. *Political ideology in United States Brazilian relations, 1808-1894*. PhD (History)—Faculty of Texas, Texas, 1977. p. 16-17.

FARGE, Arlete. *Dire et mal dire: l'opinion publique au XVIII^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independência: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: MAPFRE, 1992.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Com-

- panhia das Letras, 2007.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. *Vossa mercê bem sabe de onde viestes: um caso de gramaticalização na história do português*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- MEGLIO, Gabriel Di. Patria. In: GOLDMAN, Noemí. *Lenguaje y revolución: conceptos políticos claves en el Río de la Plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 120.
- MELLO, Evaldo Cabral. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MELLO, Antônio Joaquim de. *Biographia de José da Natividade Saldanha*. Recife, Typographia de Manoel Faria & Filho, 1895.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- PIMENTA, João Paulo. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec Editora, 2015.
- SIQUEIRA, Antônio Jorge de. *Os padres e a teologia da Ilustração: Pernambuco 1817*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: editora da UNESP, 1999.
- TAVARES, Muniz. História da Revolução de Pernambuco de 1817. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1969, p. 158.
- TOLLENARE, L. F. *Notes dominicales prises pendant um Voyage em Portugal et au Brésil em 1816, 1817 et 1818*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973, v. III.

Capítulo de obra

- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Impressos e liberdade: Notas para uma história da tipografia em Pernambuco (1817-1850), In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (org.). *Impresso no Brasil*:

dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

BERBEL, Márcia. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): Nação, identidade e vocabulário político. In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 348.

SILVA, Luiz Geraldo. Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830). In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 509.

Artigos

FERNANDES, Ana Cláudia. A Revolução de Pernambuco nas páginas do Correio Braziliense e do Correo del Orinoco: linguagens, conceitos e projetos políticos em tempos de independência (1817-1820), *Almanack Braziliense*, São Paulo, USP, 2009, n° 9, p. 144-153, p. 151. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11714/13487>
Acesso em: 20.02.2018.

VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontro” do Império luso-brasileiro. Notas sobre as ideias de pátria, país e nação. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 63, jun/ago, 2003.

Trabalho completo publicando em Anais

CARVALHO, Marcus. Os militares e a revolta de 1817 em Pernambuco. São Paulo, *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Anais da XII reunião, 1997, p. 200.